

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.396-B, DE 1995

(Do Sr. Gilney Viana)

Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção do Programa de Segurança e Redução de Acidentes no Trânsito - PRAT, por órgãos ou empresas públicas e privadas; tendo pareceres: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.

(PROJETO DE LEI Nº 1.396, DE 1995 , A QUE SE REFEREM OS PARECERES)

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Viação e Transportes:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do Relator
- parecer da Comissão

II- Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- emenda oferecida pelo relator
- parecer da Comissão
- emenda adotada pela Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Todo órgão ou empresa pública e privada que opere com frota de veículos automotores em número igual ou superior a cinco unidades, está obrigada a adotar e operar um Programa de Segurança e Redução de Acidentes no Trânsito - PRAT.

Art. 2º O Programa de Segurança e Redução de Acidentes no Trânsito - PRAT poderá ser desenvolvido por órgão ou empresa pública e privada individualmente ou em consórcio.

Art. 3º O Programa de Segurança e Redução de Acidentes no Trânsito - PRAT poderá ser coordenado e executado pelas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA.

Art. 4º O Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação desta lei, fixará instruções sobre o conteúdo mínimo do Programa de Segurança e Redução de Acidentes no Trânsito - PRAT, bem como as formas de controle sobre a elaboração e execução do programa.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Como é de amplo conhecimento, o número de acidentes automobilísticos no Brasil é algo alarmante. E, ao contrário do que deveria se esperar, ainda falta muito para alcançarmos um nível de conscientização que dê a cada motorista, pedestre e administrador de empresas a visão responsável do ato de dirigir.

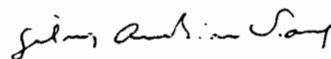
Campanhas educativas e mesmo a própria discussão do tema da segurança no trânsito ainda são incipientes e bem aquém do que deveria ser feito frente à gravidade dos fatos. Ahamos, porém, que ações que visem a educação e prevenção de acidentes no trânsito, ou fora dele, são sempre bem-vindas num país com a nossa realidade.

Este projeto de lei vem ao encontro dessa necessidade.

Propomos não uma medida que tenha a intenção de ser mais um peso ou mesmo um entrave para o funcionamento das empresas, mas, sim, um mecanismo de eficiência e redução de desperdício, tanto para quem venha a executar o Programa de Segurança e Redução de Acidentes no Trânsito - PRAT quanto para a própria sociedade, que poderá ver reduzido o número de vítimas fatais ou com mutilações permanentes.

O Programa de Segurança e Redução de Acidentes no Trânsito - PRAT, como outras ações que tenham esse viés, é uma forma concreta de o poder público intervir concretamente nessa questão nacional e internacional, que é a própria luta pelo direito à vida.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1996



Gilney Viana
Deputado Federal - PT/MT

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS****PROJETO DE LEI Nº 1.396/95**

Nos termos do art. 119, *caput*, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 18/03/96, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 25 de março de 1996.


Ruy Omar Prudêncio da Silva
Secretário

PARECER DA**COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES****I - RELATÓRIO**

Encontra-se sob exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 1.336, de 1995, que cria o Programa de Segurança e Redução de Acidentes no Trânsito - PRAT, a ser adotado por todo órgão ou empresa pública ou privada que opere com frota de veículos automotores em número igual ou superior a cinco unidades.

Iniciativa do ilustre Deputado Gilney Viana, a proposição permite que o PRAT possa ser desenvolvido individualmente ou em consórcio. Também, que o Programa possa ser coordenado e executado pelas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA.

É concedido, ainda, o prazo de noventa dias, contado da data de publicação da pretendida lei, para que o Conselho Nacional de Trânsito fixe instruções sobre o conteúdo mínimo do PRAT.

Em sua justificação, o nobre proponente lembra que ainda falta muito para que se atinja "um nível de conscientização que dê a cada motorista, pedestre e administrador de empresas a visão responsável do ato de dirigir".

Sua proposta, acredito, é uma forma eficaz de o Poder Público colaborar para a solução desse problema, intimamente relacionado a incipiência de campanhas voltadas para a educação e a prevenção de acidentes no trânsito.

Nesse sentido, a proposta do nobre Deputado Gilney Viana é de todo oportuna, pois introduz nas empresas públicas e privadas a permanente preocupação com a qualidade do serviço executado pelos condutores de suas frotas.


O programa sugerido, podendo ser desenvolvido de maneira consorciada, dá grande maleabilidade de planejamento às empresas, notadamente às que possuem pequena quantidade de veículos e de empregados. Não se vislumbra, portanto, possibilidade de aumento importante no custo de operação das mesmas, até porque, na maioria dos casos, as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA, previstas pela Consolidação das Leis do Trabalho, poderão se desincumbir da nova responsabilidade de maneira plenamente satisfatória.

Em realidade, é bastante provável que, com a continuidade do programa, se verifique uma redução das despesas gerais dos empregadores, fruto da melhoria da condição da frota, da diminuição de funcionários acidentados e da redução de reparos originários de colisões dos veículos.

Assim como o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, já obrigatório para todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, o Programa de Segurança e Redução de Acidentes no Trânsito aqui apresentado é uma ação que só vem somar no objetivo de se ver preservada a saúde e a integridade do trabalhador. De outra parte, funcionará como relevante mecanismo indutor da melhoria das condições do trânsito, garantindo ao segmento da sociedade que mais se faz presente nas ruas e estradas do País informações e treinamento que não mais lhes eram acessíveis.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.396, de 1995.

Sala da Comissão, em 19 de abril de 1996.


Deputado Rubens Cosac
Relator

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A experiência internacional demonstra que países bem sucedidos no controle de acidentes veiculares dão grande ênfase a investimentos e ações que visem à

educação para o trânsito, diretriz para a qual não se tem dado prioridade no Brasil, não por acaso, detentor de um dos maiores índices de vitimação por infatúncias em estradas e vias urbanas.

Com efeito, as iniciativas voltadas para a implementação de um programa educacional dirigido às necessidades do setor não têm sido desenvolvidas senão no âmbito de escolas públicas de alguns poucos Estados do País ou, em raríssimos casos, dos próprios DETRANs.

O Ministério da Educação, a quem caberia propor e coordenar a política nacional de educação para o trânsito, já expôs, mais de uma vez, suas dificuldades para levar à rede de ensino a respectiva disciplina. São escassos os recursos orçamentários, o material didático disponível e o pessoal habilitado a transmitir os conhecimentos relativos à matéria.

Nesse contexto, avulta a importância de se promover medidas que possam transpor as limitações encontradas na esfera governamental, ao tempo que amplia-se a clientela dos programas de educação para o trânsito. Parece óbvio que, se se procura reduzir com alguma celeridade o extraordinário número de acidentes automobilísticos no País, não se pode restringir ao universo escolar os esforços educativos em questão. É preciso que outras instâncias sociais sejam contempladas, especialmente as que reúnem cidadãos já em pleno gozo do direito de conduzir veículos, caso dos ambientes de trabalho.

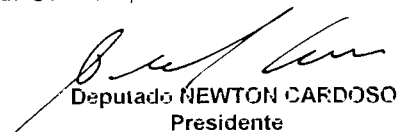
III — PARECER DA COMISSÃO

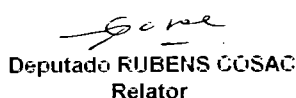
A Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 1.396/95, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Deputado Newton Cardoso - Presidente, Marcelo Teixeira - Vice-Presidente, Chico da Princesa, Cláudio Cajado, Duílio Pisaneschi, Jairo Azi, Lael Varella, Paulo Gouvêa, Ricardo Barros, Alberto Goldman, Alberto Silva, Barbosa Neto, João Thomé Mestrinho, Oscar Andrade, Rubens Cosac, Agnaldo Timóteo, Alceste Almeida, Ary Valadão, Davi Alves Silva, Francisco Silva, Luís Barbosa, Jovair Arantes, Leônidas Cristino, Mário Negromonte, Paulo Feijó, Simão Sessim, João César, Telma de Souza, Antônio Geraldo, Pedro Valadares e Antônio Brasil - titulares, e Eliseu Resende, Felipe Mendes, Jorge Wilson, Pedro Henry, Gilney Viana e Edson Ezequiel - suplentes.

Sala da Comissão, em 8 de maio de 1996.


Deputado NEWTON CARDOSO
Presidente


Deputado RUBENS COSAC
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**TERMO DE RECEBIMENTO DE EMEIDAS****PROJETO DE LEI Nº 1.396-A/95**

Nos termos do art. 119, caput, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas a partir de 04/06/96, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 12 de junho de 1996.



SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA

Secretário

PARECER DA**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO****I - RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei de autoria do nobre Deputado GILNEY VIANA, que tem por objetivo tornar obrigatória a adoção do Programa de Segurança e Redução de Acidentes no Trânsito - PRAT por órgãos ou empresas públicas ou privadas que operem com frota de veículos automotores em número igual ou superior a cinco unidades, podendo ser desenvolvido individualmente ou em consórcio, bem assim coordenado e executado pelas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA.

O projeto dá ao Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN o prazo de noventa dias, após a publicação da Lei, para fixar instruções sobre o conteúdo mínimo, formas de controle, elaboração e execução do Programa de Segurança e Redução de Acidentes - PRAT.

Na sua justificativa, o nobre parlamentar sustenta a necessidade de estimular ações visando à educação e prevenção de acidentes no trânsito sem peso ou entrave para o funcionamento das empresas, entendendo ser o Programa uma forma

concreta de o poder público intervir nesse problema que é, em última análise, a seu ver, a própria luta pelo direito à vida.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De acordo com o art. 32, inciso III, letra *a*, do Regimento Interno, cabe a esta Comissão manifestar-se sobre a proposição quanto à sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Examinando-a, verifica-se estarem observados os preceitos pertinentes à iniciativa parlamentar e à competência da União para legislar sobre o assunto, a teor dos arts. 61, *caput*, 22, incisos I e XI, 23, inciso II, 24, inciso XII e 7º, inciso XXII, já que estão em jogo aspectos relacionados com o trânsito e transporte, com a proteção à saúde em seu sentido mais amplo, perpassando pelo trabalho.

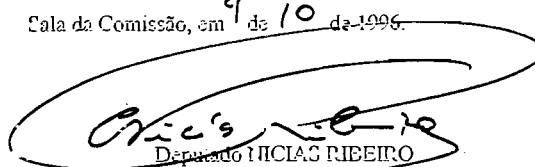
A juridicidade e a técnica legislativa não estão a merecer reparos.

Todavia, a proposição pretende conferir competência ao Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, para baixar normas sobre controle, elaboração, execução e conteúdo mínimo do Programa, o que poderia render ensejo à alegação de ofensa ao art. 84, inciso VI, da Constituição Federal, pelo qual se estabelece a competência privativa do Presidente da República para dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, na forma da lei.

Sendo assim, e respeitando o conteúdo da proposta, julgamos conveniente oferecer emenda ao art. 4º, a fim de afastar qualquer dúvida quanto à constitucionalidade do dispositivo em questão.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.396, de 1995, com a emenda anexa.

Sala da Comissão, em 9 de 10 de 1996.


Deputado NICOLAS RIBEIRO
Relator

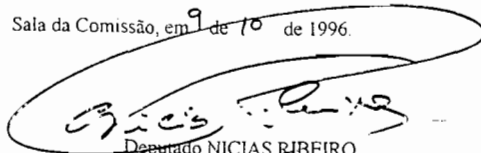
EMENDA OFERECIDA PELO RELATOR

Dê-se ao art. 4º do projeto a seguinte redação:

"Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, especialmente no tocante ao conteúdo mínimo, as

formas de controle, a elaboração e a execução do Programa de Segurança e Redução de Acidentes no Trânsito - PFAT."

Sala da Comissão, em 9 de 10 de 1996.


Deputado NICIAS RIBEIRO
Relator

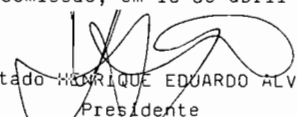
III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, do Projeto de Lei nº 1.396-A/95, nos termos do parecer do Relator, Deputado Nicias Ribeiro.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Henrique Eduardo Alves - Presidente, Freire Júnior, Moisés Bennesby e Marcelo Déda - Vice-Presidentes, Benedito de Lira, Magno Bacelar, Ney Lopes, Osmir Lima, Paes Landim, Raul Belém, Roland Lavigne, Vilmar Rocha, Aloysio Nunes Ferreira, Asdrúbal Bentes, Djalma de Almeida César, Gilvan Freire, João Natal, José Luiz Clerot, Almino Affonso, Edson Silva, Luiz Máximo, Nelson Otoch, Zulaide Cobra, Coriolano Sales, José Genoíno, Luiz Eduardo Greenhalgh, Sérgio Miranda, Matheus Schmidt, Sílvio Albreu, Adhemar de Barros Filho, Augusto Farias, Darcy Coelho, Gerson Peres, Jarbas Lima, José Rezende, Átila Lins, Cláudio Cajado, Jair Soares, Roberto Valadão, Robson Tuma, Marconi Perillo, Salvador Zimbaldi, Vicente Arruda, Ênio Bacci, Bonifácio de Andrada e Ricardo Barros.

Sala da Comissão, em 16 de abril de 1997

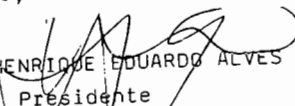

Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente

EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO

Dê-se ao art. 4º do projeto a seguinte redação:

"Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, especialmente no tocante ao conteúdo mínimo, as formas de controle, a elaboração e a execução do Programa de Segurança e Redução de Acidentes no Trânsito - PRAT."

Sala da Comissão, em 16 de abril de 1997


Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente